



Intervenção de Arménio Carlos
Secretário-Geral

ACABAR COM A POLÍTICA DE DIREITA DEMITIR O GOVERNO

21 de Junho - Lisboa

Camaradas, amigas e amigos,

Está na rua a voz dos trabalhadores e do povo a exigir o fim da política de direita, a demissão do Governo e a convocação de eleições antecipadas. Esta grande manifestação, uma semana depois da grande acção que realizámos no Porto, é ilustrativa do clamor que percorre o país exigindo o fim da política de direita que oprime, explora e empobrece os trabalhadores e o país!

Saudamos por isso todos os homens e mulheres que dão força a uma luta que não cede perante a prepotência e o autoritarismo e ganha, a cada dia que passa, uma motivação acrescida para pôr termo a este pesadelo de três anos de governação PSD-CDS.

Luta que tem resultados, como é exemplo a manutenção das 35 horas na maioria das autarquias, e mais recentemente na Universidade do Algarve, o aumento dos salários em inúmeras empresas do sector privado, a criação de emprego, como aconteceu, recentemente, na Câmara Municipal de Lisboa, a reposição dos salários no sector público e empresarial do Estado, as 611 sentenças que condenam o Governo ao pagamento das compensações aos professores pela caducidade dos contratos individuais.

Esta é a marca deste projecto sindical que ausculta e esclarece, que organiza e mobiliza, que protesta e reivindica, que luta e conquista.

Uma luta que é indissociável da elevação da consciência social e política daqueles que nela participam e contribuiu, decisivamente, para a redução da base eleitoral e social de apoio do PSD e do CDS, que os resultados nos sucessivos actos eleitorais confirmam.

Nunca os partidos da direita tiveram um resultado tão desastroso como nas eleições para o Parlamento Europeu. Nunca, as forças políticas que assinaram o memorando com a troika, que agrediu e humilhou o povo e o país, tiveram um resultado eleitoral tão baixo como o que se verificou no passado dia 25 de Maio.

Hoje, é cada vez mais claro, que este processo de atraso e declínio acelerado tem de ser travado e que os problemas do país só se resolvem com uma alternativa política que ponha a economia ao serviço dos trabalhadores e do povo e não subordinada aos interesses da finança e dos especuladores.

Passos e Portas, por mais que se esforcem, já não enganam a maioria dos portugueses! Os êxitos deles são proporcionais ao retrocesso económico e social em que vivem milhões de portugueses. A obsessão pelo cumprimento do Tratado Orçamental e da redução do défice, põe em causa direitos fundamentais dos trabalhadores e do povo, semeia o empobrecimento e acentua a exploração.

O crescimento de que falam tornou-se na maior recessão acumulada desde a 2ª Grande Guerra.

O emprego prometido acabou em desemprego massivo e na emigração forçada de centenas de milhar de portugueses. A política assistencialista e caritativa, deixou a maioria dos desempregados sem protecção social. E a dívida, em vez de baixar, aumentou e tornou-se impagável!

Este é um governo que cínica e hipocritamente, felicita os portugueses pelos sacrifícios impostos, ao mesmo tempo que promove uma política que empurra grande parte da população para a pobreza, os pobres para a miséria e os excluídos para fora das estatísticas.

Um governo que quer fazer dos trabalhadores réus e da sua política a vítima dos sucessivos chumbos do TC, não pode continuar a governar!

A atitude déspota assumida por PSD e CDS esbarra nos fundamentos da democracia de Abril e é o regime democrático que conquistámos que os deixa desorientados. A cada decisão do TC segue-se um jogo de chantagens e ameaças. Ao mesmo tempo que são forçados a recuar e a assumir o pagamento integral do subsídio de férias aos trabalhadores da AP, apostam na retaliação agora com a recusa de fazer o mesmo em relação ao subsídio de Natal. Eles sabem que esta medida é ilegal, pelo que, por muito que não queiram, mais cedo que tarde, vão ter de pagar a todos os trabalhadores os subsídios de férias e de Natal. Para a CGTP-IN a situação é clara: os trabalhadores têm o direito a receber os subsídios por inteiro e o Governo tem a obrigação de pagar aquilo que deve aos trabalhadores!

Neste quadro, os problemas do país não se resolvem com manobras de ilusionismo, agora denominadas de reconfigurações de cortes, sejam os do passado com Sócrates, ou os do presente com Passos e Portas, para perpetuar o roubo dos salários e das pensões. Muito menos com “coelhos” tirados da cartola para, com a tabela única apresentada aos trabalhadores da AP, eternizar os cortes e congelamentos do aumento de salários e das carreiras profissionais, a pretexto da redução do défice. O que se exige não é mais do mesmo, é fazer diferente para melhor, repondo no imediato o que foi extorquido aos trabalhadores e assegurar o aumento dos salários, a evolução das carreiras profissionais e o respeito pelos seus direitos!

Este é o Governo que, depois de ter assumido publicamente que não voltava a mexer na legislação laboral, avança agora, traiçoeiramente, com novas alterações à legislação do trabalho para os sectores público e privado.

Na atitude revanchista que os caracteriza, estão a desenvolver uma ofensiva global contra todos os trabalhadores. Com a alteração do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, pretendem promover mais despedimentos, ao mesmo tempo que atacam a contratação colectiva para reduzir os direitos laborais e sociais, aumentar a exploração e atacar as organizações dos trabalhadores que não conciliam com esta política de retrocesso social e civilizacional.

Também no sector privado, o trio de ataque formado pelo Governo, confederações patronais e UGT, pretende destruir a contratação colectiva, reduzir direitos e retribuições e prolongar o período para a redução do valor do trabalho extraordinário até ao final do ano. Esta é uma ofensiva que, dirigindo-se aos trabalhadores, tem consequências para todos e atingindo todos, hipoteca o desenvolvimento do país. A contratação colectiva é fonte de melhoria das condições socio-laborais dos trabalhadores e alicerce da vida das suas famílias. A contratação colectiva, assente no direito de trabalho, é um factor de harmonização social no progresso e um importante instrumento de distribuição da riqueza.

A contratação colectiva e a efectivação dos direitos que consagra é um pilar da democracia que tem de ser respeitado e valorizado.

No passado outros tentaram destruí-la e não conseguiram. Também agora, por mais que a nova troika tente, não vamos deixar que os seus desejos se transformem em realidade. Vamos rejeitar este processo perverso que pretende favorecer a relação individual de trabalho e aniquilar a contratação colectiva conquistada e consolidada por gerações de homens e mulheres antes e depois do 25 de Abril.

Este é um momento que convoca a todos para impedir a estratégia de destruição das funções sociais do Estado. Eles sabem que estão para lá da linha vermelha imposta pela CRP e por isso tentam aplicar a “Reforma do Estado” de forma paulatina, fazendo o caminho, caminhando.

É assim com o Serviço Nacional de Saúde. Encerram unidades, desmantelam valências, degradam as condições de trabalho e de assistência aos doentes, que estão na origem da demissão dos Directores do Hospital de S. João no Porto, ao mesmo tempo que tentam impor a lei da rolha aos profissionais de saúde para que estes não denunciem as carências dos serviços, tudo isto numa linha para desresponsabilizar o Estado da sua função de prestador, para passar a ser um mero regulador e financiador do sector privado.

É assim com a Educação, onde fecham Escolas todos os dias e que, com a intenção de delegar nos municípios esta competência, hipotecam a existência de um projecto pedagógico a nível nacional, ao mesmo tempo que querem iludir as famílias com uma pseudo liberdade de escolha e um cheque-ensino que amanhã lhes traria mais encargos financeiros e se traduziria no favorecimento dos privados à custa da desvalorização e secundarização da Escola Pública, Gratuita, Inclusiva e de Qualidade!

É assim com a Segurança Social e o plafonamento anunciado, que iria reduzir as pensões de todos e transformar a Segurança Social numa instituição assistencialista e a solidariedades em caridade.

Não nos deixemos enganar. O dinheiro que dizem não existir para garantir e melhorar estes direitos, não falta para entregar ao grande capital.

Aquilo que estão a fazer é tirar aos trabalhadores para entregar aos especuladores! Em três anos, só na Administração Pública, entre cortes nos salários e pensões, congelamento das carreiras, roubo nos feriados, aumento do horário de trabalho, redução do valor do trabalho extraordinário, desviaram 8 mil milhões de euros, o mesmo que pagam de juros da dívida, anualmente, aos chamados credores!

Isto num quadro em que reduzem o IRC para as grandes empresas, ao mesmo tempo que aumentam a carga fiscal sobre quem trabalha e trabalhou, por via do IRS, do IVA e da TSU, numa clara demonstração da opção fiscal e social dos partidos da direita para com o patronato.

Privatizam mais e mais empresas para satisfazer os grandes grupos económicos e financeiros e não para responder às necessidades do povo, ao mesmo tempo que encerram repartições de finanças, estações dos CTT e outros serviços públicos fundamentais para combater as assimetrias e a desertificação.

Roubam milhares de milhões de euros nos salários, nas pensões e nas funções sociais do Estado, para pagar a “excelência” da gestão privada dos *BPN* e, dos *BPP* e nada nos diz que, com este Governo, amanhã não tenhamos uma nova factura vinda directamente do *Banco Espírito Santo*!

É perante esta política, de esbulho dos rendimentos dos trabalhadores e do povo, que surge, mais uma vez, o Presidente da República a apelar a um compromisso nacional.

Este apelo ao unanimismo, para dar continuidade a uma política que empobrece o país, fragiliza a democracia e põe em causa a soberania, é incompatível com projectos alternativos que se identificam com os ideais, os princípios, as causas e os valores de Abril e que traduzem a essência de uma sociedade de progresso e de justiça social.

A saída não passa pela reconstituição do unanimismo da antiga Assembleia Nacional, mas pela rejeição desta política e a demissão do Governo para pôr o país no rumo do desenvolvimento, progresso e justiça social.

É tempo de dizer basta! Basta de empobrecimento e exploração! Basta de mentira e provocação! Basta de truques, falsas inevitabilidades e chantagens!

É tempo de implementar uma política que coloque os interesses dos trabalhadores e do povo à frente da tirania dos mercados, e a coesão social e o desenvolvimento do país à frente dos ditames das PPP's, dos juros da dívida e dos swaps a favor do capital.

O futuro do país passa, necessariamente, pela ruptura com o Tratado Orçamental e a Governação Económica, assim como pela imediata renegociação da dívida nos seus prazos, montantes e juros.

Portugal precisa e os portugueses exigem uma política soberana e de esquerda que invista na dinamização da produção nacional, para produzir mais e importar menos; na criação de mais e melhores empregos com direitos, com a incorporação da força de trabalho mais qualificada no processo produtivo permitindo, assim, uma actividade de alto valor acrescentado.

Portugal precisa e os portugueses exigem uma política soberana e de esquerda que recupere os direitos e os salários e pensões roubados, que ponha fim ao processo de privatizações, libertando o Estado e o povo da situação de reféns dos grupos económicos.

Portugal precisa e os portugueses exigem uma política soberana e de esquerda que implemente uma política fiscal que incida sobre os rendimentos do capital, aliviando os que recaem sobre o trabalho, condição essencial para defender e melhorar a capacidade de intervenção da Administração Pública e as funções sociais do Estado, nomeadamente a Escola Pública, o Serviço Nacional de Saúde e a Segurança Social Pública, Universal e Solidária.

No momento em que acabamos de assinalar o 40º aniversário da implementação do SMN, a luta pelo aumento dos salários e a actualização imediata do SMN para os 515€, a defesa e dinamização da

contratação colectiva e a exigência da melhoria das condições de trabalho, são elementos indispensáveis para melhorar a qualidade de vida, a promoção de uma mais justa repartição da riqueza e a revitalização da procura interna e da economia.

Este é o tempo que nos convoca a todos, homens e mulheres, a unirmos esforços e vontades pela efectivação dos direitos, liberdades e garantias de Abril, contra a coligação de interesses políticos, económicos e financeiros, que dominam o país.

Um momento que exige que todos os trabalhadores dos sectores público e privado, independentemente da sua filiação sindical, convirjam na luta contra a revisão da legislação laboral que visa a destruição da contratação colectiva, a redução dos salários e das pensões, o aumento do horário de trabalho, os despedimentos e o roubo dos direitos.

Uma luta que exige uma forte intervenção sindical, a partir de cada local de trabalho, com o reforço da organização sindical para responder aos anseios e aspirações dos trabalhadores, potenciando a indignação em unidade na acção, o protesto em reivindicação, o envolvimento dos trabalhadores em mais sindicalização, para com a apresentação das propostas para uma política alternativa para valorizar o trabalho e dignificar os trabalhadores.

Uma luta que não pára, que é de todos e para todos, na exigência de resolução dos problemas do presente, indissociável da construção de um futuro melhor para nós, para as novas gerações e para o nosso país.

O tempo é de esclarecimento e mobilização geral, razão pela qual vamos realizar um grande Plenário Nacional de dirigentes e delegados sindicais, no próximo dia 25, em Lisboa, para dinamizar uma das maiores acções de sensibilização dos trabalhadores pela defesa dos direitos e da contratação colectiva, a melhoria dos salários e das pensões e do Serviço Nacional de Saúde, a Escola Pública democrática e inclusiva e a Segurança Social Pública, Universal e Solidária.

Estes são os objectivos centrais que nos levam a anunciar hoje, a convocação de uma Grande Manifestação Nacional, em Lisboa, no dia 10 de Julho, para reafirmarmos, a uma só voz, a exigência de demissão do Governo e a convocação de eleições antecipadas.

Está nas nossas mãos e na nossa luta a possibilidade de abrir o caminho a uma política de esquerda e soberana que assegure ao povo e ao país um futuro de desenvolvimento, progresso e justiça social!

*Não fiques para trás oh companheiro
É de aço esta fúria que nos leva
Para não te perderes no nevoeiro
Segue os nossos corações na treva

Vozes ao alto, vozes ao alto
Unidos como os dedos da mão
Havemos de chegar ao fim da estrada
Ao sol desta canção.*

José Gomes Ferreira

**VIVA A LUTA DOS TRABALHADORES E DO POVO!
VIVA A CGTP-IN!
A LUTA CONTINUA!**